

Do barracão à nacionalização: o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto – MTST como proposta de poder popular e resistência ao neoliberalismo

Débora Cristina Goulart

Resumo

O presente trabalho analisa a atuação do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto - MTST, como movimento social não institucionalizado que, em uma década, se constitui como movimento nacional atuante em vários estados brasileiros. Buscamos construir a história deste movimento, relacionando sua trajetória com o avanço da política neoliberal e a criminalização dos movimentos sociais no Brasil, destacando o fechamento das instâncias estatais, sobretudo o executivo, à negociação com tais movimentos.

Breve histórico do MTST

No Brasil, a história dos movimentos sociais nas últimas décadas, tem uma considerável diversidade e é bastante dinâmica. Inclui os movimentos na luta contra a ditadura, contra a carestia, no final dos anos 70; (Cardoso, 1984) os movimentos de bairro, que demandavam direitos sociais ligados à vida urbana, nos anos 80 (Sader, 1995); assim como, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra - MST, que enfrenta a questão rural, ao mesmo tempo em que a extrapola, propondo um projeto para o Brasil¹, que ganha visibilidade nos anos 90.

A esta história soma-se um movimento de 12 anos, que tem início, no período, reconhecido como de recuo dos movimentos sociais², sobretudo nos anos 90 e primeira década do século XXI: o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto – MTST.

Primeiramente, cabe salientar que o MTST, embora seja identificado como movimento por moradia, é um movimento social por transformações sociais profundas, que vão além das questões urbanas, como veremos adiante.

O embrião de sua construção ocorre no interior do MST, particularmente, durante a Marcha Popular Nacional de 1997, que passou por várias cidades, e cujo intuito era relacionar os problemas sociais vividos no campo e na cidade.

No município de Campinas, no estado de São Paulo, militantes do MST, estreitaram os laços com militantes da cidade (vindos de movimentos urbanos). Esta aproximação gerou um grupo de militantes que passaram a investigar os problemas sociais urbanos, como um foco de ação, diferente do campo, com outras motivações, organização e estratégias. Com a participação de alguns militantes do MST, ocorre uma ocupação de terreno em Campinas, conhecido como Parque Ociel (Benoit, 2002), onde

¹ Consultar resoluções dos IV e V Congressos do MST em <http://www.mst.org.br/taxonomy/term/328>

² Não cabe neste artigo discutir, mas há uma divisão de “fases” dos movimentos sociais, bastante difundida e que não acatamos inteiramente, sobretudo pela afirmação da década de 90 como de recuo dos movimentos sociais (CARDOSO, 1994). Acreditamos sim, que este período tenha significado, em todo o espectro da esquerda, um rearranjo de coligações e reorganização dos movimentos.

há a primeira experiência de ocupação na cidade, com organização própria gestada pelo movimento urbano.

Os anos seguintes foram importantes para o amadurecimento das formas de luta urbanas e para a configuração de um movimento com características próprias, bastante diversas das estratégias já consolidadas no campo.

A partir do ano 2000, o movimento já tinha uma base social clara: a população pobre das periferias das grandes e médias cidades e um projeto político de transformação social, a partir da reivindicação por moradia e reforma urbana e estabelecia contatos, embora incipientes, entre diferentes movimentos urbanos em algumas capitais do país, como Rio de Janeiro e Recife.

Ocupações na Região Metropolitana de São Paulo³, foco principal das atividades do movimento até 2008, foram suas principais ações, aprofundando a organização interna dos acampamentos, uma vez que os “acampados⁴” tem a tarefa de manutenção/proteção da área ocupada. Inclui-se nestas tarefas, além da construção de infra-estrutura (captação de água, energia elétrica, abertura de ruas, construção dos barracos, etc), o contato com as lideranças do bairro que abriga a área, a busca pelo abastecimento por meio de doações.

O Encontro Estadual do MTST de 2007 decide pela ampliação da atuação do movimento, buscando consolidar um “cinturão” de lutas no estado de São Paulo, e realiza, concomitantemente, três novas ocupações em 2008, nos municípios de Embu das Artes, Mauá e Campinas. A este processo, o movimento chamou de “estadualização do MTST”, que além das ocupações na região metropolitana de São Paulo, incluía cidades do interior⁵ e ações para interrupção de transportes de mercadorias nas principais rodovias do estado, conhecidas como “trancaço”⁶.

A estadualização das ações de ocupação trouxe a necessidade de negociação com o governo do estado de São Paulo e não mais apenas com as prefeituras das áreas, visto que as reivindicações passam, muitas vezes, pela parceria entre estas duas instâncias estatais para a viabilização das moradias⁷.

Este processo coloca o MTST no enfrentamento direto com o governo do Estado, quando suas manifestações podem gerar desgastes políticos ao executivo. Isto se dá porque o movimento opta por ações que chamem a atenção da população e da mídia para a instância de governo a que se quer atingir, o que em geral serve para forçar

³ Como exemplos, citamos o acampamento Anita Garibaldi, em Guarulhos, iniciado em 2001 (hoje um bairro); Carlos Lamarca, no município de Osasco, em 2002 e João Cândido, em Itapeverica da Serra em 2007.

⁴ O termo acampado se refere à população que adere ao acampamento após sua ocupação pelos militantes do movimento.

⁵ Além da ocupação de Campinas em março de 2008, em novembro ocorre a ocupação Zumbi dos Palmares na cidade de Sumaré.

⁶ A primeira destas ações ocorre em 26 de abril de 2006, com o bloqueio das rodovias Castello Branco, Raposo Tavares e Régis Bittencourt, na tentativa de anular os despejos e agilizar as negociações pela construção de moradias nas áreas ocupadas.

⁷ É bastante comum que as prefeituras responsáveis pelas áreas ocupadas sejam acionadas para a resolução legal do terreno (público ou privado) e o estado demandado para a construção das moradias através do CDHU - Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo.

uma abertura de negociações. Estas ações são marchas, acorrentamentos a prédios públicos ou em áreas públicas, greves de fome em locais de grande circulação.

Apenas um ano depois das ocupações em nível estadual, o movimento se lança ao objetivo de nacionalizar o movimento, formando grupos de atuação em estados diferentes, mas sob uma única organização e procurando unificar uma carta de princípios políticos e de atuação.

A manifestação que inaugura esta nova fase é o acorrentamento de militantes aos portões do prédio de apartamentos, em que o presidente Lula tem um imóvel, na cidade de São Bernardo do Campo em julho de 2009. Foram 08 dias até a abertura das negociações com o Ministério das Cidades e que gerou o compromisso do governo federal em incluir as famílias acampadas no programa habitacional Minha Casa, Minha Vida⁸.

Este tipo de ação pública traz à tona o debate sobre a ordem pública, o papel do Estado e das políticas sociais, delineado com a implantação das políticas neoliberais no Brasil desde os anos 90. Houve, desde então, e pensamos que vivenciamos atualmente, os ecos da contradição que se impôs aos movimentos sociais neste período.

De que contradição se trata? A atuação dos movimentos sociais se configurou na construção de espaços públicos, institucionalizados ou não, operando como reconhecimento da representação de interesses e permanente negociação, com vistas à ampliação dos direitos coletivos e de uma nova socialibilidade de cunho democrático, porém, o conjunto de proposições neoliberais, redefine estes espaços por deslocar da esfera do público, estatal, coletivo, para o mercado o centro das relações sociais, desfigurando o “bem público”.

Este impasse, a nosso ver, acirra-se com a ampliação da política neoliberal no Brasil e suas profundas conseqüências para a ação dos movimentos sociais. Para que possamos debater tais efeitos vamos, antes, explicar sobre alguns elementos centrais da política neoliberal.

A política neoliberal e os movimentos sociais no Brasil

Esta doutrina econômico-político e ideológica encontrou fertilidade para proliferação durante a crise de acumulação capitalista dos anos 1970 e o declínio da confiança na capacidade das medidas keynesianas de intervenção estatal para conter as crises capitalistas e seus efeitos danosos à qualidade de vida da maioria da população.

A busca pela recomposição das bases cumulativas implicou uma disputa ideológica pelo novo modelo econômico capaz de suplantar as conseqüências da crise dos anos 1970, na qual as agências multilaterais, sobretudo FMI e Banco Mundial, são significativas para a implantação das políticas destinadas aos países dependentes, sobretudo a partir dos anos 1980. No que tange à disputa política foi necessário reconfigurar o Estado (Del Roio, 1999) ao diminuir da cena parlamentar as reais disputas das frações de classe burguesas e recolhê-las na burocracia estatal e minorando a luta popular e o ideário da esquerda a meros arroubos de descontentamento.

Os defensores da política econômica neoliberal, identificam uma crise no papel do Estado e a defesa da superioridade dos mecanismos do mercado para ajustamento das receitas dos indivíduos (Friedman, 1985 e Hayek, 1987), portanto, seria necessário um conjunto de medidas capazes de reverter a excessiva planificação e interferência do Estado e valorizar os mecanismos do mercado nas relações sociais (Moraes, 2001).

⁸ Programa habitacional do governo federal lançado em 2009 que propõe beneficiar famílias com renda de até 10 salários mínimos. Ver www.minhacasaminhavid.gov.br.

Este conjunto articulado de políticas tem três pilares: a) desregulamentação da ação reguladora do Estado na economia, em geral e no mercado de trabalho, em particular; b) a política de privatização que visa a desestatização de empresas e serviços e sua transferência à iniciativa privada; c) abertura comercial e financeira para o capital internacional com uma aguda diminuição das barreiras para circulação de mercadorias e capital. (Saes, 2001, Boito, 1999, Behring, 2003)

A política econômica neoliberal restringe as políticas sociais aos setores mais empobrecidos, com um caráter compensatório; bem como a democracia, que é considerada uma inversão dos princípios de liberdade, pois o consenso dos infinitos interesses individuais nunca é satisfatório, o que causa à democracia ineficiência e vantagens políticas de todo tipo. Assim, a proposta neoliberal privilegia a liberdade econômica em relação à liberdade política, uma vez que a segunda inexistente sem a primeira.

Estamos, portanto, às voltas com um pensamento que propõe implementar políticas de restrição social, impopulares, de expansão das relações mercantis e limitação da democracia em favorecimento do mercado, que necessita de uma forte intervenção no Estado, no campo político, para sua realização. Algumas produções mostram que no Brasil, houve com a “reforma do Estado” uma restrição na participação dos movimentos sociais nos fóruns decisórios criados durante a década de 80 e 90, Quais as conseqüências destas políticas neoliberais para os movimentos sociais brasileiros?

Conforme demonstra Boito (1999) e Behring (2003)⁹, as políticas neoliberais aumentaram o desemprego, a informalização e a concentração de renda, ao passo que foram reduzidos os gastos sociais ano a ano, de 1991 a 2000, aumentando as demandas sociais a serem atendidas pelo Estado sendo que por outro lado houve a redução da rede de proteção social, gradualmente substituída por práticas assistenciais conduzidas pelas ONG's (Coutinho, 2004).

Algumas produções mostram que no Brasil, houve com a “reforma do Estado” uma restrição na participação dos movimentos sociais nos fóruns decisórios criados durante a década de 80 e 90, forjando, “falsos espaços de decisão”(BORON, 1994) com a limitação destes fóruns à participação e a criminalização dos movimentos populares, (Vieira, 2005, IHU, 2008¹⁰) com o uso muitas vezes ilegal (Pinheiro, 2005) da violência do Estado.

Há também fatores internos dos movimentos que contribuem para a chamada “crise dos movimentos”, tais como novas gerações de militância com novos referenciais em conflito, inadequação dos métodos de resistência/organização e do discurso ao contexto sócio-político, entre outros, mas neste caso deve-se percebê-los em cada movimento, pois haverá, sem dúvida, determinantes em escala diferenciada.

Lançando um olhar para o MTST, a fim de conhecer e verificar suas formas de trabalhar com a organização e conflitos internos e a necessidade de conquistas de demandas, percebemos que este movimento em particular, tem uma velocidade muito peculiar de formação de militantes, de realização de ações de confronto e de organização dos espaços de vivência de luta, ao que atribuímos sua história de

⁹ Para evitar uma falsa constatação, indicamos a bibliografia de referência para consulta do conjunto de dados que nos levam a fazer tais afirmações, a saber Boito, 1999, p. 86-110 e Behring, 2003, p.162-167.

¹⁰ Trata-se da Revistado Instituto Humanitas da Unisinos, edição n. 65, que tratou da criminalização dos movimentos sociais através de várias entrevistas com pesquisadores, entre eles: Raúl Zibechi, Jacques Alfonsin, Bernardo Sorj, Sérgio Sauer, Ricardo Antunes, Emir Sader, Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida.

crescimento, que em um pouco mais de uma década transformou-se, de uma ocupação no município de Campinas, em um movimento de cunho nacional, ou melhor dizendo, passou “do barracão à nacionalização”.

Uma proposta de poder popular construída a partir dos acampamentos

Podemos afirmar que o MTST tem uma proposta de independência do movimento social em relação às instâncias estatais, partidos políticos e sindicatos. Esta construção está no centro da formação política nos acampamentos, a partir da formação de militantes no cotidiano da luta, voltada para capacidade de organização/manutenção das áreas ocupadas e para a análise das relações sociais estabelecidas pelo movimento com o poder público e os interesses da iniciativa privada.

O que queremos dizer quando afirmamos que há uma proposta de independência, é que a organização e dinâmica interna do movimento constrói uma rede de relações que possibilita que as decisões sejam pensadas e debatidas pelos participantes nas instâncias iniciais, ou seja, nas reuniões dos acampamentos, o que torna a participação e a formação de militantes um processo contínuo.

Não queremos com isso, isentar o movimento de tomar parte em movimentos mais amplos que exijam coligações com outros movimentos, sindicatos e partidos, como é o caso de sua participação nos debates para a construção de uma nova central que agruparia movimentos populares e sindicatos, chamada de Central Sindical e Popular(CSP)/Coordenação Nacional de Lutas(Conlutas)¹¹.

O que é fundamental para nossa exposição neste artigo, é reconhecer as ligações político-institucionais estabelecidas e ao mesmo tempo verificar como o processo de atuação nos espaços locais de luta é fomentada, de um lado, para a formação de futuros militantes e de outro, para conquista de reivindicações, inclusive, pela visibilidade de suas ações na sociedade.

É no processo de consolidação da área ocupada, que emerge um conjunto relações políticas entre todos os membros do movimento, seja militante¹², coordenador de acampamento¹³ ou acampado¹⁴. Forma-se uma rede de relações, que se constroem no dia-a-dia da luta pela permanência na área e obtenção do mínimo necessário para a vida nos acampamentos. É nesta frágil situação que o movimento busca construir, o que se considera um de seus objetivos principais: o trabalho coletivo e o poder popular. Nas palavras do movimento:

“O trabalho coletivo é a melhor fonte de unidade, é também a melhor solução para que as decisões de um só não passem por cima das decisões da maioria.(...) Precisamos nos acostumar com a experiência de discutir juntos e

¹¹ O processo de construção desta central está em curso desde 2004 com o rompimento de diversos sindicatos e movimentos com a Central Única dos Trabalhadores – CUT, por sua vinculação com o governo do Partido dos Trabalhadores – PT, eleito em 2003 para o governo federal.

¹² Militantes são aqueles que, são afastados de suas atividades profissionais para se dedicarem, integralmente, às ações do movimento, incluindo a formação política por meio dos encontros e cursos realizados periodicamente.

¹³ O coordenador de acampamento é eleito em assembléia do acampamento para coordenar um dos núcleos de atividades, tais como: abastecimento, infra-estrutura, disciplina, organicidade.

¹⁴ É chamado de acampado, a população em geral que, a partir do momento da ocupação realizada pelo movimento, passa a morar no acampamento, sem antes ter tido contato com o movimento de ocupação.

fazer nós mesmos, sabemos que isto não é fácil, nem de uma hora para outra mas, precisamos construir assembléias, conselhos, núcleos e tudo o mais que, junto com formação política constante, prepare a cada companheiro para assumir a direção do navio da luta por uma vida mais digna.”(MTST, 2005)

O poder popular além de uma forma de organização e de decisões dentro do movimento seria, principalmente, uma maneira de enfrentar a política institucional do Estado, a partir das áreas ocupadas e da população de seu entorno. Esta dicotomia é exemplar em documento de 2008:

“O modelo neoliberal nos sufoca. O dinheiro que vai para o bolso de banqueiros e especuladores como pagamento de uma dívida impagável seria mais que suficiente para resolver os problemas de habitação, infra-estrutura urbana e serviços no país.” (MTST, 2008)

Este trecho, retirado do Manifesto Popular de 28 de março, nos mostra que há um debate interno ao movimento sobre a dinâmica do capital, as relações de classe e o Estado, e que se faz ouvir em suas reivindicações pela reforma urbana e transformação social¹⁵.

Vê-se uma denúncia permanente dos “latifúndios urbanos improdutivos”, que poderiam servir à função social, muitas vezes, determinada nos Planos Diretores dos municípios. Na mesma medida, há uma crítica à relação estabelecida pelos movimentos sociais nas disputas eleitorais e à participação em fóruns/conselhos do Estado, embora esta relação, inclusive com partidos políticos, não seja negada por completo:

*“(…) Nunca colocar a luta e o poder político institucional (partidos políticos, eleições, voto, cargos no governo e etc.) como **parte principal** do movimento. Nós só devemos estabelecer alianças e apoios com partidos e políticos que possam colaborar com o avanço da nossa luta, sem nunca perder nem subordinar os nossos objetivos e as nossas formas de luta direta.” (MTST, 2005, grifo nosso)*

A forma de atuação proposta pelo movimento choca-se com o fechamento dos canais de negociação nas últimas décadas e uma crescente criminalização da ação dos movimentos populares (Vieira, 2005) demonstradas com prisões e processos criminais impetrados contra líderes e ativistas e com o uso, muitas vezes ilegal, da violência de Estado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEHRING, Elaine R. **Brasil em Contra-Reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo, Cortez, 2003.

BENOIT, H. Entrevista Assentamento Anita Garibaldi – Movimento dos Trabalhadores Sem-teto. **Revista Crítica Marxista**, n. 14, 2001.

BOITO Jr., A. **Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1999.

¹⁵ Sobre princípios do MTST, ver Cartilha do Militante, 2005.

- BORON, Atílio A. Mercado, Estado e democracia – reflexões em torno da teoria política do monetarismo. In: *Estado, capitalismo e democracia na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 1994.
- CARDOSO, R. Co. L. A trajetória dos movimentos sociais. In: DAGNINO, Evelina (Org.). **Anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo. Brasiliense, 1994.
- COUTINHO, J. Ap. **ONGs e políticas neoliberais no Brasil**. São Paulo, 226 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2004
- DEL ROIO, M. **Globalização e Crise do Estado Brasileiro**. 1999. Disponível em [http:// globalization.sites.uol.com.br/globaliza.htm](http://globalization.sites.uol.com.br/globaliza.htm). Acesso em: 22 jan 2007.
- FRIEDMAN, M.. **Capitalismo e Liberdade**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- HAYEK, F.A.. **O Caminho da Servidão**. São Paulo: Instituto Liberal, 1987.
- MACHADO, E. R. **Mal-estar da democracia no Brasil e na Argentina nos anos 90: lutas sociais na contra-mão do neoliberalismo**. São Paulo, 229 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2004
- MORAES, R. **Neoliberalismo: de onde vem, para onde vai?** São Paulo: SENAC, 2001.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM-TETO. **Cartilha do militante do MTST**. Disponível em: <http://www.mtst.org.br>. Acesso em: 23 set. 2006.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM-TETO. **Manifesto Popular de 28 de março**. Disponível em: <http://www.mtst.org.br>. Acesso em: 17 jul. 2009.
- PINHEIRO, J. De frente para o Estado. **Revista Lutas Sociais**, n. 19/20, 2008.
- PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA**. Disponível em www.minhacasaminhavid.gov.br. Acesso em: 12 jul 2009.
- SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1995.
- SAES, D. **República do Capital: capitalismo e processo político no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2001.
- VERRI, B. W. Os movimentos de moradia e a questão urbana. **Revista Margem Esquerda**, n. 12, 2008
- VIEIRA, V. L. Criminalização das lutas sociais em estados autocráticos burgueses. **Revista Projeto História**, nº 30 (GUERRAS), 2005.